

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Vol 1 (1) - 2015



**O lugar da História
nas relações entre
a Universidade e a sociedade**

Miriam Halpern Pereira

Práticas da História 1, n.º 1 (2015): 215-230

www.praticadashistoria.pt

O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade

Miriam Halpern Pereira*

Vivemos uma época em que a curiosidade pelo passado é intensa e muito generalizada. Pode dizer-se que a história está na “rua”. Este interesse pela História tende a acentuar-se em épocas de crise, em que a sociedade, ou melhor os indivíduos que a compõem, sentem a falta de referências e procuram-nas no seu passado pessoal, familiar e coletivo. Recorde-se a afluência extraordinária aos cursos de História logo após o 25 de Abril. Ou a extraordinária dimensão do público nos primeiros colóquios sobre história contemporânea. No colóquio sobre o liberalismo organizado pelo CEHCP do ISCTE participaram cerca de seiscentas pessoas!

O vasto interesse pela genealogia na nossa época corresponde em larga medida à desagregação da família ampla, que transmitia naturalmente a sua própria história. Também a edição de memórias e autobiografias, expressando a necessidade de passagem do testemunho, se insere na mesma tendência e encontra grande receptividade.

Desde longa data presente na pintura, nas artes plásticas, na música, na literatura ou no teatro, a História invadiu igualmente o cinema e os *media*. Também sociólogos, cientistas políticos, economistas e jornalistas invocam regularmente o passado nacional e internacional, como fundamento para as suas interpretações do presente. Alguns cientistas sociais e políticos tornaram-se até historiadores, contribuindo

* Professora catedrática emérita, IUL-ISCTE [miriam.pereira@iscte.pt].

Conferência inaugural do 3.º Congresso da Rede de História Contemporânea, 5 de junho de 2014, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

para a renovação da historiografia no pós-25 de Abril, nomeadamente no tocante ao século XX.

Na própria intervenção política, invoca-se muito a História, mas frequentemente para sua instrumentalização. Igualmente grave é a desatualização dos conhecimentos, comum entre cientistas sociais e políticos. Em geral, baseiam-se na memória já de si incerta da aprendizagem adquirida na escola 10 a 20 anos antes ou mais e transmitida por professores que eles próprios tinham feito os seus estudos décadas antes. Não exagero ao afirmar que o que aprenderam na escola corresponde frequentemente ao nível de conhecimento da História por vezes meio século antes.

Claro que há sempre exceções, felizmente a reciclagem individual e coletiva existe. Mas não com a extensão necessária. Lembrarei dois exemplos recentes. O primeiro refere-se à origem histórica da dívida pública e comercial em Portugal. Ouvi, num recente debate sobre a política financeira, um economista fazer remontar a dívida ao século XVIII, relacionando-a com a exportação do ouro do Brasil. Confundiu assim a saída do ouro brasileiro em barra com uma sangria financeira, quando na realidade ela constituiu a mais valiosa das exportações, como foi demonstrado por Fischer e Morineau há mais de 40 anos. Outro economista evocava o século XIX como a época das nações soberanas, incluindo nesse conjunto Portugal. Ora, esse foi o século dos grandes impérios, desde o russo, o austro-húngaro, o alemão, o otomano, e *last but not least* o império britânico, a que Portugal esteve informalmente ligado. Data também do século XIX o grande atraso de Portugal e a origem da sua pesada dependência externa económica e financeira. Outro caso que me impressionou recentemente foi o de uma figura política, que em intervenção crítica sobre o anticolonialismo, inesperadamente classificou de singular o imperialismo português, que na sua opinião teria sido essencialmente comercial e o comércio, sustentaria, era uma atividade entre iguais.

O insuficiente conhecimento da História pode também gerar uma justificação histórica inexata em decisões políticas. Foi o caso das Misericórdias, como tem explicado a historiadora Maria Antónia Lopes.

De facto, as Misericórdias foram criadas por iniciativa real e viveram sempre sob a tutela do Estado. Recentemente, na década de 1980, foram entregues à Igreja, e a ignorância histórica permitiu justificar esta decisão política como uma “justa devolução”. Mais próximo ainda, no mesmo sentido, anunciou-se uma suposta “devolução” dos hospitais às Misericórdias, colocando-os sob a tutela da Igreja. Tal propósito parece ter ficado felizmente esquecido, e talvez nem a Igreja estivesse interessada em assumir a responsabilidade de estruturas tão complexas.

Tudo isto conduz-nos a concluir que embora a História ocupe um lugar de centralidade evidente na cultura e na política contemporânea, nem sempre isso acontece da melhor forma. É necessário garantir que o seu conhecimento seja de qualidade e atualizado.

Não é suficiente salientar que a História é uma ciência fundamental no discurso das outras ciências sociais e até na intervenção política. É essencial sublinhar que a investigação científica neste domínio é que permite avançar no conhecimento do passado. Esse conhecimento não é um facto adquirido. Associada à relativa facilidade com que se invoca a História a torto e a direito, está a ideia de que o que se aprendeu em tempos idos na escola ou se leu aqui ou ali, sem ter em atenção por vezes a data de publicação ou a credibilidade do autor, continua válido. Não é o passado um tempo acabado? É necessário salientar que compreender o passado é resultado de um processo difícil e que o seu conhecimento resulta do progresso da investigação científica. Como noutros domínios, o conhecimento não é algo adquirido para sempre, carece pelo contrário de permanente atualização.

O progresso no conhecimento do passado, apesar de ser um tempo acabado, é evidente para os especialistas, mas não para a comunidade académica em geral ou para o grande público. De forma similar ao avanço no conhecimento da Natureza, tão antiga que é anterior à presença da espécie humana, mas cujo conhecimento se vai sempre renovando...! A verdade é que a geografia e a ecologia vão-nos tornando conscientes também do tempo histórico na evolução da natureza, infelizmente nem sempre pelos melhores motivos.

A centralidade da História na ciência e na cultura é algo que devemos lembrar às entidades financiadoras da investigação científica, desde sempre dirigidas por cientistas das ciências ditas “duras”, nem por isso mais “fundamentais”. Uma das estranhas consequências desta prevalência dos investigadores da área das ciências duras é a frequente incompreensão acerca da natureza específica dos outros domínios do conhecimento científico. Apenas salientarei uma das mais aberrantes: a desvalorização da edição de livros preteridos em relação à edição de artigos em revistas. Fará sentido nas ciências “duras”, mas é um absurdo nas ciências sociais. Felizmente ainda há historiadores e historiadoras que gostam e conseguem publicar livros, mesmo que representem menos “pontos” na carreira académica!

Isso conduz-nos ao problema que quero focar neste texto: a transferência de conhecimento entre o meio académico e a sociedade. Essa é uma função essencial da Universidade sobre a qual é importante proceder-se a uma reflexão coletiva. Existe um enorme desfasamento entre o conhecimento científico da História e a sua difusão na sociedade. A Universidade carece de mais intensa abertura e ligação à sociedade. A Associação dos Professores de História ou a revista *História* desempenharam um papel relevante neste domínio. A primeira está moribunda e a revista acabou. E o mesmo aconteceu com a maior parte dos cursos pós-laborais de licenciatura.

O desenvolvimento do ensino e da investigação da História na Universidade, com a abertura de mestrados e cursos doutorais e a inevitável especialização, conduziu a um virar para dentro nos últimos anos. É claro que a transmissão de conhecimento efetuado nos cursos especializados é fundamental na formação das futuras gerações. Mas apenas envolve o universo académico. É preciso sair dele. Ao longo do tempo continuaram a persistir excelentes iniciativas no sentido de quebrar as barreiras entre a Universidade e a sociedade. Sucessivos cursos curtos ou ciclos de conferências, abertos a um público indiferenciado ou nalguns casos mais orientados para professores do secundário, foram efetuados por iniciativa da Universidade e de outras entidades. Mas o seu âmbito tem sido limitado e a sua realização necessariamente esporádica.

As recentes comemorações de acontecimentos históricos têm constituído uma excelente oportunidade para intensificar a comunicação com um público alargado. Têm sido muito bem aproveitadas para a difusão de conhecimento e para o debate. Vale a pena analisar o seu significado e o seu âmbito. Veja-se o centenário da República. Talvez nunca se tenha ido tão longe na utilização ampla e sistemática da imprensa, da rádio e, embora em menor grau, também da televisão. Também nos legou um conjunto relevante de livros.

No ano de 2014 vivemos outra comemoração, a dos 40 anos do 25 de Abril. Ora, uma característica interessante desta comemoração foi justamente ter sido marcada por iniciativas em que se cruzaram perspetivas diversas. Não me refiro unicamente à vertente política e ideológica, mas também à colaboração entre a Universidade e outras entidades na sua organização, e à participação paralela de historiadores, cientistas sociais e políticos e ainda de atores da História em diferentes colóquios. Isso já vinha sucedendo em reuniões científicas anteriores relativas a esta época, mas teve neste âmbito maior dimensão e visibilidade.

Esta comemoração representou de forma consistente um novo alargamento do tempo histórico, a transformação do passado próximo em objeto da escrita da História. A apropriação do passado recente como objeto de análise, embora tivesse raízes anteriores, intensificou-se com a sucessão de colóquios sobre os 40 anos do 25 de Abril. Paralelamente têm igualmente vindo a ser efetuadas múltiplas entrevistas a diferentes figuras políticas e militares, atores da História, na imprensa escrita, em programas radiofónicos e televisivos, que no seu conjunto constituirão no futuro um riquíssimo manancial de informação sobre o nascimento da democracia e os tempos da ditadura. Esperemos que sejam devidamente arquivados e de acesso público. A sua preservação é algo em que a comunidade científica atual se deveria empenhar. Em contraste com outros países, não se compreende porque continuamos a não dispor de arquivos sonoros e audiovisuais nas instituições vocacionadas para essa função, como a Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e creio que não estará na sua agenda.

Este alargamento do tempo histórico esteve associado, sobretudo nos colóquios universitários, à intervenção paralela de investigadores académicos, de atores da História recente e de jornalistas. Parece-me essencial refletir sobre o significado desta participação conjunta, que não sendo a primeira experiência deste teor adquiriu agora maior expressão, criando uma nova conjuntura na escrita da História.

Os benefícios da existência de um público alargado e de um diálogo com cientistas de outras áreas e com os *media* são indiscutíveis. E, devemos não só preservá-los como intensificá-los. Todavia, este novo ambiente contém para a historiografia dois riscos principais, que estão associados e de que devemos tomar consciência. O primeiro é a instrumentalização da História. O segundo é a sua des-profissionalização. Não defendo nenhuma atitude corporativa, mas sim a necessidade de difundir a prática adequada à especificidade da investigação neste domínio, distinto de outras áreas científicas. A única forma de combater os riscos apontados, a instrumentalização e a des-profissionalização, reside na valorização da metodologia histórica e na sua difusão. E devem ser naturalmente os historiadores e historiadoras a dar o exemplo.

Não há neste domínio propriamente grandes novidades. Os princípios basilares da investigação histórica estão definidos desde há muito. Mas por vezes parecem esquecidos e a sua aplicação colocada de lado pelas jovens gerações. A situação é particularmente gritante na escrita histórica sobre o século XX. Recorde-se que a integração do passado recente na atividade académica encontrou forte resistência nos departamentos de História na maior parte dos países. Durante longas décadas, não só a história do século XX, como a história do século XIX, foram consideradas demasiado próximas para poderem ser objeto do conhecimento científico. Isso não aconteceu só em Portugal por vivermos tempos de ditadura. Hobsbawm refere essa situação nos seus tempos de estudante universitário e quando eu comecei a fazer o doutoramento em Paris esse preconceito ainda existia em França. Argumentava-se com a falta de distanciamento do investigador em relação ao objeto de estudo e a sua conseqüente incapacidade de ter uma visão objetiva e isenta.

Hoje, temos uma perspectiva diferente, foi-se generalizando a percepção de que a falta de objetividade pode afetar a interpretação de qualquer período histórico. E que não existe objetividade absoluta, nem uma atitude meramente descritiva nos aproxima necessariamente dela. Tem-se consciência que existe sempre uma seleção implícita. Mas o passado recente coloca problemas próprios. Um deles é que, de facto, a proximidade pode tornar difícil fazer a distinção entre o trigo e o joio. Tudo parece igualmente importante, explicava-me aqui há tempos um jovem investigador. Isso acontece porque em certa medida a História, neste domínio, se confunde com a vivência, com a memória.

É justamente essencial fazer a seleção e hierarquização e, para tal, o ponto de partida é a definição do problema que está em causa e que se pretende esclarecer. A definição do problema em análise nada tem de imediato. É em sua função que se deve definir o plano de investigação. Nunca se pode estudar tudo em simultâneo, e a ausência de seleção assumida com clareza apenas conduz o investigador a ficar aprisionado pelo lugar comum, com o risco de cair na mera descrição empírica inorgânica, que ainda por cima pecará sempre por incompleta. Desistir da interpretação, escondendo-se atrás do “concreto”, como forma de ser isento e objetivo, é uma falácia. Esse “concreto” é sempre algo de “construído” e sê-lo-á da pior forma numa elaboração não-deliberada, em vez de o ser de forma consciente e justificada por escolha determinada em função do problema em análise.

Definir o problema é portanto o ponto de partida essencial. Requer reflexão teórica, base de todo o conhecimento científico, e a dimensão comparativa deve ser desde logo integrada nessa reflexão. É aqui que o trabalho do historiador se distancia da reportagem jornalística, ligada necessariamente à atualidade imediata, ou de um testemunho que é expressão da memória individual.

Num segundo momento, há que escolher as fontes de informação e hierarquizá-las. Não têm todas o mesmo valor, nem o mesmo grau de credibilidade. A crítica das fontes é essencial e deve aliar-se ao cruzamento das fontes. São dois métodos complementares fundamentais, para evitar a falsificação da História, mesmo se inconsciente. Tem atua-

lidade recordar também a distinção clássica entre fontes involuntárias e fontes voluntárias. Do primeiro grupo faz parte a documentação administrativa, no segundo grupo situam-se os testemunhos da época.

Neste segundo caso, integra-se a História Oral, hoje relevante corpo documental, que obedece a normas e técnicas consagradas. Fazem também parte das fontes voluntárias, o valioso conjunto de entrevistas e depoimentos reunidos pelos *media*, as autobiografias ou as intervenções de diferentes atores da História que se multiplicaram recentemente. Mas será necessário ter em conta, de forma clara, também a sua origem, o objetivo e o contexto da sua elaboração, nomeadamente o tempo decorrido desde os acontecimentos em análise. Este valioso conjunto de fontes voluntárias tem por definição função diferente dos estudos científicos, contudo isso pode não ser claro para o público, face à sua apresentação, lado a lado, em recentes reuniões públicas ou na imprensa, sem se destacar a diferença da sua natureza.

A documentação administrativa é em geral considerada mais fiável por ser uma fonte “involuntária”. Esta classificação como fonte involuntária merece ser analisada de perto. Na realidade é fundamental ver o contexto em que tal documentação foi organizada. O Estado através da administração central ou local também procura transmitir uma mensagem própria, em geral oculta, implícita, que aparece como “natural”. As próprias estatísticas obedecem a conceitos que é essencial analisar. Todos os dias assistimos à guerra dos números do desemprego, do crescimento, do deficit, etc. Ora, nos documentos também só está expresso aquilo que em cada momento foi considerado útil ou importante segundo a óptica técnica, ideológica; pode até não ser um problema de seleção/ exclusão política. Entre os arquivos que têm sido utilizados para fazer a História do século XX, esquecendo com grande frequência estes métodos clássicos, estão os arquivos do Estado Novo. Nos arquivos de um regime autoritário e policial, mais do que em quaisquer outros, a crítica histórica rigorosa pressupõe a consciência da falta de liberdade dos funcionários, do medo e da forte impregnação ideológica na documentação. Acontece que grande parte da documentação da administração central e local desta época ainda

só está parcelarmente disponível. Pelo contrário, os arquivos disponíveis de Salazar, Marcelo Caetano e da PIDE estão acessíveis desde há largos anos, e pela sua natureza e centralidade despertaram natural curiosidade dos investigadores. Mas estes arquivos têm características muito específicas: o de Salazar e de Marcelo são arquivos simultaneamente da Presidência, portanto ligados à função, e arquivos pessoais. A documentação neles contida tem de ser tratada de forma diferenciada e crítica.

O Arquivo da PIDE, que é o arquivo de uma polícia política, também contém documentos de natureza diferenciada. Mas na sua maioria é composto por processos individuais organizados contra os opositores ao regime político. Os seus relatos, como os ditos depoimentos dos homens e das mulheres sob prisão, foram obtidos por vezes sob tortura e assinados sempre sob coação, tendo por isso credibilidade incerta. Darei disso dois exemplos com que me confrontei. Quando estava como diretora na Torre do Tombo, recebi uma carta de uma mulher pedindo para esta ser anexada ao seu processo da PIDE. Tratava-se de uma retificação comovente: uma militante comunista tinha sido presa com o dinheiro resultante de uma venda de rifas no bolso e no processo consta que ela se tinha apropriado desse dinheiro, uma soma aliás insignificante. Para memória futura, esta mulher sentiu a necessidade imperiosa de retificar esta situação, era o que solicitava na sua carta singela. As coisas podem ser mais complicadas, quando o sujeito se encontra face a face com um relato falso a si referente, publicado em livro. Aconteceu com um antigo exilado. Em livro recente encontrou o depoimento de um PIDE, que justificava uma ida ao futebol em Paris, afirmando que tinha lá ido para ouvir conversas entre exilados, entre eles este meu amigo. Acontece que este nunca foi ao futebol durante a sua estadia em Paris. Trata-se de uma historieta inventada pelo agente da PIDE para obter o reembolso do bilhete de futebol. É patente a ausência de verdade desta fonte, com objetivos políticos num caso, o de denegrir a resistência ao Estado Novo na pessoa de uma mulher militante do PCP, noutra com fins pessoais. Se isto acontece em relação a pequenas ocorrências, que credibilidade pode merecer esta fonte em relação a factos

relevantes? De toda a evidência, a utilização da documentação policial, seja ela política ou não, deve ser objeto de uma análise muito crítica e de um cruzamento de fontes, por vezes até fácil, pois o confronto com o testemunho vivo ainda é possível.

Não quero deixar de aproveitar esta ocasião para informar a comunidade científica de uma situação anómala, de que creio poucos investigadores têm conhecimento. O Serviço de Estrangeiros ligado à DGS/PIDE/PVDE não foi integrado na Torre do Tombo, mas sim no novo Serviço de Estrangeiros criado depois do 25 de Abril. Onde está hoje essa documentação? Pois ao que parece, a documentação anterior a 1966 foi destruída, dela só restando microfilmes e microfichas realizados de forma caótica, enviados há cerca de dois anos para a Torre do Tombo, sem qualquer identificação nem lista interpretativa e portanto de consulta impossível. Quanto à documentação posterior a 1966, nada se sabe.

Recebi recentemente a este respeito a seguinte informação da Torre do Tombo: *Relativamente à documentação original, informamos que em 4 de abril de 2003 foi endereçado um ofício ao Diretor-Geral do SEF no sentido de serem incorporadas neste Arquivo Nacional, cerca de 200 caixas de arquivo à guarda do SEF, no edifício da Rua Conselheiro José Carneiro, a Carnide, as quais são referidas num Memorial do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, datado de 1987. Após alguma insistência, em 2006 e 2007, foi respondido através de ofício datado de 24 de abril de 2007, pelo Diretor-Geral do SEF que “após consulta de todos os arquivos estáticos do SEF, não foi encontrada a documentação mencionada no referido ofício.”*

A 14 de dezembro de 2007 foram-nos entregues os rolos e microfichas contendo “processos individuais de cidadãos estrangeiros instruídos anteriormente a 1966”, bem como listas onomásticas desorganizadas, sem referência às datas de produção dos documentos. Prevêem-se três anos para identificar o material entregue e a sua consulta, só viável após a digitalização dado o mau estado do material, não tem previsão dada a falta de verba. E a documentação posterior a 1966? Pode estar em causa nova catástrofe, perdendo-se mais documentação essencial para estudar a presença dos estrangeiros em Portugal. Talvez não se

pudesse guardar tudo, mas destruir sem selecionar segundo os critérios definidos pela legislação acerca da preservação da documentação do Estado é ilegal.

Queria ainda focar a utilização de fontes voluntárias, fundamentais nas biografias, que em boa hora tornaram a ocupar significativa presença nas duas últimas décadas. Na sua construção devem seguir-se princípios metodológicos similares àqueles exigidos a qualquer estudo científico. Isso obriga ao confronto entre os documentos produzidos pelos biografados e fontes involuntárias, comparação que não podendo, nem interessando, ser exaustiva, deveria abranger as questões centrais abordadas. Tratando-se de personalidades políticas e militares de relevo, não falta informação de natureza administrativa. Infelizmente, também aqui quanto mais recente o personagem menos se utiliza este velho preceito metodológico.

Neste domínio das biografias, agora já bastante numerosas, podia ser interessante fazer uma rede biográfica temática, analisando determinado problema ou acontecimento cruzando diferentes testemunhos. São necessariamente procedimentos morosos, desincentivados pela atual avaliação científica, dominada por critérios quantitativos e burocráticos, que não favorecem a qualidade. Instalou-se neste domínio um fascínio primário pela quantificação de projetos e publicações, com efeitos devastadores.

A fragmentação da realidade é hoje outro dos graves problemas da investigação científica, também muito em consonância com a pressão dos índices de produtividade que conduz a apresentar trabalhos universitários num curto prazo. O risco da insignificância e do localismo são patentes. Pode ser necessário delimitar o âmbito de uma pesquisa, mas isso não significa isolá-la. É sempre possível inseri-la num âmbito mais vasto que lhe dê sentido. A não ser que o tema seja insignificante, e então não vale a pena perder tempo a estudá-lo, nem como exercício académico. Só integrada num problema mais amplo, determinada pesquisa sobre um objeto limitado, ou pela natureza das fontes ou pelo universo a que se refere, pode ter utilidade. Sem ambição, não existe pesquisa útil.

Outro problema essencial consiste no uso dado ao vocabulário e na necessidade de distanciamento crítico em relação à linguagem de cada época. Infelizmente, no que se refere em particular a períodos próximos, nem sempre se tem tido uma atitude crítica suficiente. É essencial estabelecer fronteiras e não confundir a linguagem da época com a nossa. Além do “pecado” de anacronismo, que é fundamental não cometer, tal pode determinar uma indefinição ideológica involuntária. Isso tem acontecido na história colonial recente com os termos ultramar e metrópole. A própria palavra icónica de descolonização tem sido adotada fora do contexto muito específico que a originou. De facto, o historiador deve falar em emancipação dos povos coloniais ou em independência das novas nações e não em descolonização, termo de conotação ainda paternalista e resultante de uma conjuntura histórica muito precisa, em que ainda estava em construção um novo percurso político. Ninguém alguma vez se lembraria de falar da descolonização do Brasil ou do Estado da Índia portuguesa.

Este problema do vocabulário faz-me lembrar uma situação inesperada que encontrei na Torre do Tombo, quando fui diretora. Um dia, um antigo exilado veio falar comigo indignado porque na certidão que pedira para demonstrar que estivera ausente do país por motivos políticos, essencial para a contagem do tempo para a reforma, se utilizava uma linguagem pidesca. De facto, de forma automática, seguindo as normas arquivísticas, os funcionários limitavam-se à transcrição simples da linguagem da PIDE e referiam-se a atividades subversivas, em vez de simplesmente referirem atividades políticas contra o Estado Novo. No calão da casa, também era habitual a designação destas certidões como “certidões da PIDE”, em lugar de certidões de combatente pela liberdade, um equívoco sem intenção, mas que era naturalmente ofensivo. Este problema de vocabulário é central e pode induzir a erros de interpretação graves. Estes são alguns exemplos flagrantes de uso de vocabulário sem a adequada crítica do seu conteúdo.

Menos evidente, mas muito generalizado, é o uso indiferenciado das palavras sufrágio e eleições. São termos que têm de ser cuidadosamente situados no contexto institucional de cada época. Isso é evidente

relativamente ao Antigo Regime, mas não relativamente ao período contemporâneo. Não só é preciso analisar o acesso ao voto, como também as condições gerais do seu exercício, e não menos importante o alcance do voto, ou seja qual o poder dos órgãos eletivos que são eleitos. Acabamos de assistir a uma prova de indiferença dos cidadãos europeus face a uma votação cujo alcance é realmente muito reduzido. O Parlamento Europeu tem de facto um poder reduzido. Recuando no tempo, num regime de partido único como o Estado Novo, a introdução do voto feminino restrito tem um significado que é preciso explicar, obviamente diferente do que teria no espaço político democrático. E o mesmo sucede com o voto antes e depois de 1910, que se tem tornado habitual comparar, esquecendo o alcance do voto, ou seja, o diferente âmbito da elegibilidade e da eleição e a distribuição do poder legislativo em câmaras eletivas e não eletivas antes da República.

Exercício crítico similar se deve fazer em relação ao termo República, que o Estado Novo conservou, esvaziando-o do seu conteúdo anterior, de natureza liberal. A própria adoção pela historiografia recente da designação de “Estado Novo”, termo marcadamente ideológico, justifica uma reflexão, sendo que curiosamente foi utilizada como mais “neutra”, para fazer face ao debate em torno da classificação anterior de fascista, considerada inadequada... Este caso aponta para a necessidade de definir os parâmetros da manutenção ou não do vocabulário da época. É uma questão que se deve analisar com mais frequência, sem cairmos em debates nominalistas.

É tempo de regressar ao reequacionar da relação entre o meio académico e a sociedade. Coexistem diferentes níveis de interesse pela História, naturalmente. Há os círculos académicos com as suas publicações especializadas, em que nos lemos uns aos outros, às vezes conseguindo que algumas pessoas mais interessadas fora do meio académico também os localizem e leiam... Para além deste universo, um tanto enclausurado, existe um amplo público não-académico com diferentes graus de cultura, que vai dos leitores do romance histórico aos leitores de obras de divulgação com bom nível. A revista *História*, já mencionada, fez durante largos anos a ponte entre o meio académico e os leitores não profissionais.

Infelizmente cessou a sua publicação. Em certa medida, a *Visão História* veio preencher o seu lugar, mas não tem a mesma matriz. Recentemente, as grandes iniciativas comemorativas tiveram o mérito de demonstrar que a História tem grande receptividade. Parece-me que seria importante encontrar formas regulares de manter a comunicação de qualidade entre a Universidade e a sociedade no âmbito da História.

De outros países podem vir-nos algumas ideias. Em França, realiza-se um encontro anual, reunindo historiadores, cientistas sociais, homens políticos, filósofos, professores, atores da História recente, e amantes da História no *Rendez-vous de L'Histoire*, lançado na cidade de Blois em 1998 pelo então presidente de Câmara, Jack Lang, que tinha sido ministro da Cultura. Durante 4 dias, sucedem-se aqui conferências e debates, acompanhados de outras iniciativas, como o salão nacional do livro de História e um ciclo de cinema. Pode ser motivo de inspiração. Planeado por um conselho científico composto por universitários consagrados, em cada ano seleciona-se um tema central que percorre todas as épocas históricas. Para organizar cada festival é escolhida uma personalidade, pode ser um historiador/a ou um filósofo, ou até pode ser uma figura política, como foi o caso de Cohn-Bendit no *Rendez-vous* centrado em *Os europeus*, ou o de Simone Weil quando o tema escolhido foi *As mulheres e a História*. Em 2014, a organização deste encontro coube a Michelle Perrot e o tema escolhido foi *As rebeldes*, nas várias épocas históricas. O Ministério da Educação francês consagrou há muito este evento como um polo de formação contínua, facilitando a participação de algumas centenas de professores e inspetores do ensino. É um contexto que propicia o debate entre pedagogos e cientistas. Ao longo do ano, *Os cafés históricos*, dispersos por diversas cidades, de acesso livre e sem inscrição prévia, são outra iniciativa interessante.

Também com uma longa história, há os famosos programas semanais da rádio France Culture, *Les Lundis de l'Histoire*, criados em 1999, e dirigidos por Jacques le Goff, agora falecido, Michelle Perrot e Roger Chartier. Consistem em conversas com autores/as sobre livros de publicação recente, com a participação de outros especialistas. Também o programa semanal *La Fabrique de l'Histoire*, sobre História e

Memória, é dirigido por um historiador. São necessariamente diferentes dos nossos programas atuais dirigidos exclusivamente por jornalistas. Nesse aspeto, aqueles programas têm algo em comum com os programas promovidos a seguir ao 25 de Abril na ainda Emissora Nacional, que eram dirigidos por professores de Literatura, de História de Arte, ou aquele que eu própria dirigi sobre História. É evidente que as escolhas por especialistas obedecem a critérios distintos. Quanto ao risco de conflito de interesses e de preferência pessoais, isso existe de qualquer forma e apenas a crítica o permite combater. Um belíssimo exemplo de colaboração entre um investigador e a TV é a série sobre emigração “Ei-los que partem” de Jacinto Godinho, de êxito repetido.

Fascinante é também a *Historical Association* fundada em Inglaterra em 1906. Esta associação sem fins lucrativos já centenária, uma *charity* (entre nós diríamos uma ONG), surgiu quando a História foi introduzida no ensino obrigatório, reunindo professores de todos os níveis de ensino, Universidade incluída, para acompanhar os programas de ensino. Cinco anos após a sua constituição, considerando que já tinha uma implantação sólida, resolveu alargar a sua missão e transformar-se também num centro de estudo e investigação da História. O alargamento da Associação, com delegações por todo o país, revelou o interesse de não profissionais pela História e conduziu à sua admissão como sócios, a partir de 1917. A Associação tem atualmente 50 delegações. Desde o início, propôs-se ser complementar da *Royal Historical Society*, instituição equivalente às Academias no continente, e fundada em 1868.

A *Royal Historical Society*, a mais reputada instituição no domínio da investigação histórica em Inglaterra, evidencia ela própria uma abertura à sociedade visível não só por se encontrarem entre os seus *councillors* membros da *Historical Association* e da *History Workshop Journal, socialist and feminist*, como pela forma de acesso de sócios, e a própria temática abordada nos seus boletins. A título de exemplo, refira-se que num dos seus boletins recentes figura um debate sobre o ensino da História às crianças.

Vale a pena consultar qualquer um dos sítios da Internet destas duas instituições inglesas, para compreender não só a modernidade da

marca de água, como a adaptação ao tempo atual destas associações centenárias, em contraste com algumas instituições congêneres do nosso país que, embora mais recentes, são na sua estrutura e no seu âmbito antiquadas e cuidadosamente fechadas entremuros.

Impõe-se uma reflexão coletiva que conduza à implementação de formas regulares de transferência de conhecimento entre a Universidade e a sociedade no âmbito da História, em dois patamares diferentes, entre a Universidade e os vários níveis de ensino, desde o primário, e entre a Universidade e o público em geral. No primeiro circuito, deveria incluir-se naturalmente um debate sobre programas, métodos e manuais, que mudam quase em contínuo sem ninguém saber a fundamentação. Só há debate no caso da Matemática e da Gramática! O segundo circuito depende naturalmente da articulação com os *media*. Os dois patamares devem obviamente ser comunicantes e não-fechados entre si.

Referência para citação:

Pereira, Miriam Halpern. “O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 215-230.